

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DESAFIOS DECORRENTES DAS OPORTUNIDADES ESCOLARES NO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO

**Milko Matijascic**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea; e consultor de pesquisas e parecerista em diversas instituições brasileiras e internacionais. Doutor em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail*: <milko@ipea.gov.br>.

**Carolina Esther Kotovicz Rolon**

Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea; pesquisadora associada do Centre de Recherche Émile Durkheim em Bordeaux; e consultora de pesquisa para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (United Nations Children's Fund – Unicef) e para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco). Doutora em sociologia da educação pela Universidade de Bordeaux, na França. *E-mail*: <carolina.rolon@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2679>

A superação das desigualdades educacionais é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, de 2015, tendo sido ampla e previamente reconhecidas pelas políticas públicas brasileiras, com a criação, ainda em 2014, do Plano Nacional de Educação (PNE). O Brasil se comprometeu formalmente a atingir as metas do PNE, assim como do ODS, visando elevar a equidade em acesso, permanência e êxito em todos os níveis de ensino. O ODS e o PNE colocaram em relevo, cabe sublinhar, não apenas o acesso, mas também a qualidade do aprendizado. Apesar de o ensino fundamental ser obrigatório a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971, seus indicadores de conclusão e desempenho revelaram que, em 2017, o Brasil ainda não havia atingido a universalização das oportunidades escolares.

Identificar a configuração das desigualdades de oportunidades escolares no ensino fundamental e sua evolução ao longo do tempo é importante para atingir os compromissos do PNE e do ODS 4. As pesquisas na área da sociologia da educação foram decisivas para qualificar essa temática, lançando luz sobre as desigualdades de origem social, sexo e raça nas oportunidades escolares. Outra contribuição importante a fim de compreender as desigualdades educacionais é o conceito de interseccionalidade, elaborado pela literatura das feministas negras, com vistas a destacar a imbricação das desigualdades de gênero e raça.

Neste estudo, o foco é a interseccionalidade das desigualdades de oportunidades escolares no ensino fundamental brasileiro. O objetivo é investigar como as categorias de gênero, raça e renda *per capita* interagem, levando em conta a região e a localização do domicílio. A configuração interseccional dessas desigualdades será analisada com base em cruzamentos de dados para os alunos do quinto e do nono ano, em termos de:

- conclusão desses anos, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para 1997 e na PNAD Contínua para 2017; e
- desempenho, considerando os resultados obtidos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em língua portuguesa e matemática.

Os ODS, eixo da Agenda 2030 das Nações Unidas desde 2015, com ênfase no ODS 4 e na sua meta 4.5, revelam que a educação é um elemento essencial para propiciar a igualdade de oportunidades, mas, em seu estágio atual, ainda não atinge esse objetivo e requer a intervenção das políticas públicas, sobretudo em países não desenvolvidos, como o Brasil. A preocupação com a redução das desigualdades representa um elemento transversal do PNE de 2014, hoje em vigor, com destaque para a sua meta 7.

A literatura internacional foi de grande importância para definir o problema, estabelecendo um debate entre autores com diferentes abordagens teóricas e

# SUMEX

conceituais, inserindo essa temática na agenda que envolve a opinião pública. A literatura brasileira referente à interseccionalidade, além de endogenizar essa pauta, contribuiu bastante para esse debate, uma vez que as desigualdades educacionais são elevadas no país. O debate brasileiro também contribuiu para elaborar pesquisas empíricas que deram suporte, como na esfera global, à agenda de políticas públicas colocada em ação no período posterior a 1988, quando entrou em vigor a atual Constituição Federal.

O esforço deste estudo foi apresentar as principais variáveis envolvendo o perfil dos alunos e de suas famílias, colocando em relevo as questões raciais, de gênero, as Grandes Regiões do país, a localização do domicílio e a renda domiciliar *per capita* no Brasil. Com essa abordagem foi possível realizar uma contribuição inédita, com as variáveis envolvendo o ensino fundamental em relação à conclusão e ao desempenho dos alunos, além de atualizar esforços anteriores no âmbito da pesquisa no Brasil.

Ao analisar os resultados tabulados, observa-se que a proporção total de concluintes em relação às faixas etárias do ensino fundamental nos anos iniciais e finais aumentou de forma nítida entre 1997 e 2017. Isso elevou o grau de escolarização, e seus efeitos merecem destaque entre negros, habitantes do Norte e do Nordeste ou de áreas rurais, com ênfase nas famílias com menor renda *per capita*. Isso elevou também as oportunidades existentes. Ainda assim, nos anos finais do ensino fundamental havia um contingente de 27,9% dos jovens com 16 anos ou mais em 2017 que não concluíram essa etapa de ensino, impedindo-os de seguir os estudos. Os resultados foram positivos, mas os esforços não podem esmorecer. Por sua vez, nos anos iniciais, o total de não concluintes foi de 7,6%, um resultado ainda melhor, mas também ainda exige atenção.

Quando a análise se voltou para o desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática medido pelo Saeb, a evolução também foi notória, embora os percentuais de sucesso sejam bem mais modestos. Nos anos iniciais, os resultados previstos pelo PNE em termos de desempenho evoluíram positivamente, superando as metas estabelecidas. No entanto, para os anos finais, os resultados obtidos não atingiram as metas do PNE, o que denota existir dificuldades para manter a presença de alunos em sala de aula e transmitir o conteúdo das disciplinas, permanecendo elevadas as desigualdades de oportunidades.

Para os anos iniciais do ensino fundamental, constatou-se que 35,9% dos alunos não obtiveram o desempenho satisfatório em língua portuguesa e 30,1% em matemática. Já nos anos finais, esses resultados foram 58,5% e 61,4%, respectivamente, o que é grave, visto que as deficiências de aprendizagem afetam a maioria dos alunos. Assim, manter o foco no combate às fragilidades de aprendizagem desde cedo é uma condição incontornável para que os problemas não se agravem com a evolução das etapas de ensino. Os alunos com problemas de aprendizagem nos anos iniciais estabelecem o piso dos percentuais daqueles que não atingirão um desempenho desejável na etapa seguinte, e essa lógica também vale para o ensino médio.

Diante disso, é essencial manter os esforços com o intuito de realizar diagnósticos baseados no caráter interseccional. Isso permite verificar quais são os segmentos com maior fragilidade em termos de frequência e aprendizagem, permitindo estabelecer políticas adequadas para enfrentar estes problemas. A existência do PNE e do ODS 4 comprova essa afirmação. A superação dos desafios impostos ao ensino representa um problema incontornável para promover o desenvolvimento brasileiro.